



Brasília-DF, 29 de abril de 2026



Aniversariantes

29 de abril

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza os companheiros pela data especial.

**Gilberto Raimundo da S. Junior**Funcionário da CNTI
Sede**Edvar Alves de Souza**Funcionário da CNTI
Sede

Secretário Regional Centro-Oeste da CNTI participa de evento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho em Cuiabá



Nesta terça-feira, 28, aconteceu a edição mato-grossense da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT 2026), em Cuiabá. O evento foi realizado no auditório da FIEMT – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso e organizado pela Seção de Relações do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso (SRTE/MT).

Nesse ano, a campanha está focada na discussão dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho, além da promoção de condições laborais mais seguras. Para o superintendente do Ministério do Trabalho, Gerson Antônio Delgado, o tema ganha relevância nas ações preventivas, voltadas à segurança do trabalhador. Já o superintendente do Sesi MT, Alexandre Martins, observou que essa parceria institucional é

fundamental e reforça a promoção da segurança no ambiente de trabalho.



Representando o movimento sindical mato-grossense e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, onde exerce a função de secretário regional do Centro-Oeste, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Mato Grosso (Fetiemt), Ronei de Lima Zimmermam, enfatizou a relevância da campanha e, de forma incisiva, afirmou que a redução de acidentes de trabalho e está intimamente ligada à necessidade de redução da jornada de trabalho.



Ronei de Lima – Sec. Regional CNTI-Centro-Oeste

“Nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que travamos atualmente uma luta pela redução da jornada de trabalho. E a efetivação da redução da jornada de trabalho irá contribuir com a redução dos acidentes no trabalho. Pois, para eliminar doenças e acidentes no mundo do trabalho, é preciso assegurar mais qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras”, enfatizou Ronei de Lima, que também preside a Nova Central Sindical de Trabalhadores em Mato Grosso (NCST/MT).



Assessoria



Brasília-DF, 29 de abril de 2026

Nova Central participa de ato contra juros altos em São Paulo



A Nova Central Sindical de Trabalhadores participou, nesta terça-feira (28), de um ato em frente ao Banco Central do Brasil, na Avenida Paulista, em protesto contra os juros elevados no país.

A mobilização reuniu trabalhadores e lideranças sindicais de diversas categorias, reforçando a pressão das centrais pela redução imediata da Taxa Selic, hoje em 14,75% ao ano. Para as entidades, o patamar atual compromete o investimento produtivo, dificulta a geração de empregos e impõe limites ao crescimento econômico.

Na avaliação de Luiz Gonçalves (Luizinho), diretor da NCST-SP, a retomada do crescimento passa pela queda dos juros. "Não haverá crescimento econômico consistente enquanto os juros permanecerem elevados, pois isso trava investimentos, reduz a produção e limita oportunidades".



A Nova Central destacou que a política de juros altos penaliza a classe trabalhadora e defendeu a adoção de medidas que estimulem o desenvolvimento com distribuição de renda. A entidade reafirmou seu compromisso com a mobilização permanente em

defesa de emprego, renda e condições dignas de trabalho.

Fonte: NCST

Aprovação de Lula tem ligeira melhora e chega a 46,8%, aponta AtlasIntel

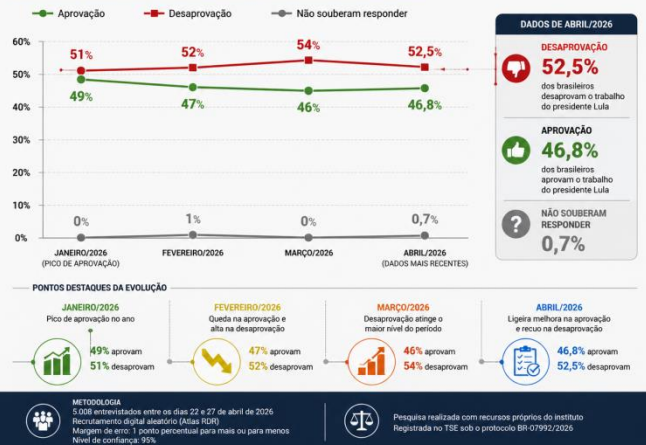
Desaprovação encolheu, segundo a pesquisa

APROVAÇÃO DE LULA TEM LIGEIRA MELHORA E CHEGA A 46,8%

Pesquisa Atlas/Bloomberg mostra aprovação de 46,8% e desaprovação de 52,5% em abril



EVOLUÇÃO DA APROVAÇÃO E DESAPROVAÇÃO DE LULA EM 2024/2026



A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou leve crescimento e atingiu 46,8%, enquanto a desaprovação chegou a 52,5%, segundo levantamento AtlasIntel/Bloomberg divulgado nesta terça-feira (28).

Os números indicam uma melhora na avaliação do presidente em relação ao mês de março, quando a desaprovação era de 54% e a aprovação, de 46%. Apesar da maioria ainda avaliar negativamente o governo, o índice positivo apresentou avanço no período.

A pesquisa também evidencia a variação da popularidade de Lula ao longo do ano eleitoral. Em janeiro, o presidente alcançou seu maior nível de aprovação, com 49%, frente a uma desaprovação de 51%. Já em fevereiro, a aprovação caiu para 47%, enquanto a desaprovação subiu para 52%.

Metodologia

O levantamento foi realizado entre os dias 22 e 27 de abril, com 5.008 entrevistados, por meio de recrutamento digital aleatório (Atlas RDR). A margem de erro é de 1 ponto percentual, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa

Brasília-DF, 29 de abril de 2026

foi conduzida com recursos próprios do instituto e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-07992/2026.

Fonte: Brasil247

Emprego feminino aumenta 11%, mas desigualdade salarial persiste

Mulheres recebem 21,3% a menos que os homens, segundo relatório do MTE



© Victor Caiano / Divulgação

A participação feminina no mercado de trabalho aumentou 11%, com ampliação das oportunidades para mulheres negras e pardas. Apesar do aumento, as mulheres continuam recebendo, em média, salário 21,3% menor do que os homens nas empresas privadas com pelo menos 100 empregados.

Esta é uma das conclusões do 5º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, divulgado nesta segunda-feira (27) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com o levantamento, a participação das mulheres no mercado de trabalho passou de 7,2 milhões para 8 milhões de trabalhadoras, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 800 mil postos.

O avanço foi ainda mais expressivo entre mulheres negras (pretas e pardas), cujo número de ocupadas aumentou 29%, de 3,2 milhões para 4,2 milhões.

Desigualdade salarial

Apesar do aumento do emprego, a desigualdade salarial entre homens e mulheres praticamente não se alterou em relação ao relatório anterior. Em 2023, as mulheres recebiam 20,7% menos que os homens; agora, a diferença passou para 21,3%.

Já no salário mediano de contratação, a diferença subiu de 13,7% para 14,3%, variação considerada estatisticamente estável.

O relatório se baseia em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e reúne dados de cerca de 53,5 mil estabelecimentos com 100 ou mais empregados.

Segundo o levantamento, o salário médio no país, que reúne todos os salários e divide pelo número de trabalhadores, é de R\$ 4.594,89. Já o salário contratual mediano, que fica no meio da escala que considera desde o salário mais baixo até o mais alto, é de R\$ 2.295,36.

Massa de rendimentos

A participação das mulheres na massa de rendimentos também avançou, passando de 33,7% para 35,2%. Ainda assim, o percentual segue abaixo da presença feminina no emprego, que é de 41,4%. Para alcançar esse patamar, seria necessário um acréscimo de R\$ 95,5 bilhões nos rendimentos das trabalhadoras.

“Aumentar a massa em 10,6% teria impacto no consumo das famílias e diminuiria a diferença de rendimentos entre homens e mulheres, mas isso representa custo para as empresas, o que as torna mais resistentes a promover essas mudanças”, informou, por meio de nota, a Subsecretaria de Estatística e Estudos do Trabalho do MTE.

O levantamento também aponta avanços nas políticas internas das empresas, como ampliação de jornada flexível, auxílio-creche, licenças parentais estendidas e planos de cargos e salários. Cresceu ainda o número de estabelecimentos com menor desigualdade salarial.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-04/emprego-feminino-aumenta-11-mas-desigualdade-salarial-persiste>

Fonte: Agência Brasil

2026: entre legados, discursos e projetos de País

Disputa eleitoral tende a opor balanços de governo, trajetórias políticas e visões econômicas e de mundo concorrentes.

Marcos Verlaine*

Serão legados em confronto de um lado e a aridez vazia de outro. Assim, a eleição presidencial de 2026 deve se estruturar, em grande medida, como plebiscito comparativo entre períodos recentes da política brasileira.

De um lado, o campo associado ao presidente Lula



Brasília-DF, 29 de abril de 2026

(PT) tende a enfatizar resultados ligados à retomada de políticas sociais, recomposição de investimentos públicos e articulação internacional.

De outro, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), preso e condenado a 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado — por ter liderado tentativa de golpe de Estado —, costumam destacar pautas de costumes, agenda de desregulamentação¹ e determinadas entregas de infraestrutura.

A avaliação desses ciclos, no entanto, permanece objeto de disputa discursiva. Enquanto críticos da atual gestão apontam pressões fiscais² e desafios inflacionários, opositores do governo anterior frequentemente sublinham a condução da pandemia e ainda o isolamento diplomático³.

Assim, mais do que simples balanço técnico, o embate tende a ser moldado por interpretações concorrentes sobre prioridades e resultados.

TRAJETÓRIAS SOB ESCRUTÍNIO

A eventual presença do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), preposto do pai, no centro da disputa, adiciona outra camada ao debate: a comparação entre experiências políticas.

A trajetória do senador, que inclui passagem pela Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e atuação no Senado, são frequentemente mobilizadas tanto por críticos — que mencionam investigações e questionamentos sobre a atuação passada — quanto por apoiadores, que alegam perseguição política e destacam a inserção no Congresso Nacional.

Nesse contexto, a eleição tende a extrapolar a análise de governos e incorporar julgamentos sobre biografias políticas, experiência administrativa e credenciais para o Executivo federal.

PROJETOS ECONÔMICOS EM DISPUTA

Outro eixo central será o contraste entre estratégias econômicas. A atual orientação governamental costuma ser associada à abordagem de estímulo ao crescimento por meio de investimento público, políticas industriais e programas sociais. Frequentemente descrita como neodesenvolvimentista.

Em oposição, setores ligados à agenda neoliberal defendem maior protagonismo do mercado, com ênfase em privatizações, austeridade fiscal⁴ e redução do tamanho do Estado.

Trata-se, pois, de agenda velha e carcomida, que remonta à década de 1990 do século passado, que nada de relevante acrescentou ao Brasil. Ao contrário.

Esse contraste não é novo no Brasil, mas tende a ganhar nova intensidade e contornos diante das pressões por crescimento, estabilidade econômica e inclusão social.

NARRATIVAS E CONSTRUÇÃO ELEITORAL

Apesar das linhas gerais já visíveis, o cenário de 2026 ainda está em formação. Mas em grande medida já se desenrola nas redes e nas plataformas, por todos os contendores.

Candidaturas, alianças e estratégias discursivas devem evoluir conforme o ambiente político e econômico se redefine.

Nesse processo, a disputa não se dará apenas em torno de dados objetivos, mas também da capacidade de cada campo em construir discursos convincentes sobre passado, presente e futuro.

A eleição, portanto, tende a combinar 3 dimensões principais: o julgamento de legados recentes, a avaliação de trajetórias individuais e o confronto entre modelos de desenvolvimento, sem contar que rumos ou futuro que apontam os principais contendores.

O resultado dependerá de como esses elementos serão percebidos pela população e eleitores e articulados ao longo da campanha, que já se desenrola nas redes digitais.

(* *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*)

¹ A desregulamentação é a remoção ou simplificação de regras e controles governamentais sobre atividades econômicas e setores produtivos, visando aumentar a chamada liberdade de mercado, concorrência e reduzir a burocracia. Geralmente associada ao neoliberalismo, que busca facilitar a operação de empresas, embora possa gerar precarização trabalhista e riscos sistêmicos.

² As chamadas pressões fiscais no Brasil em 2026 intensificaram-se devido a déficit de R\$ 30 bilhões no primeiro bimestre, impulsionadas por gastos com pessoal (+R\$ 2,2 bilhões) e benefícios previdenciários (+R\$ 1,7 bilhão). O cenário é marcado pela revisão de metas fiscais, aumento da incerteza econômica e risco de alta nos juros, dificultando o corte da Selic.

³ O isolamento diplomático é penalidade ou situação em que determinado país é excluído, ignorado ou sofre restrições de relações políticas e comerciais por parte da comunidade internacional. Isso, geralmente devido à violações de normas globais ou ações políticas disruptivas. Pode resultar em perda de influência, sanções econômicas e redução de parcerias estratégicas.

⁴ A austeridade fiscal é política econômica que busca equilibrar as contas públicas por meio da redução de gastos governamentais e, por vezes, aumento de impostos. Focada na sustentabilidade da dívida, implica cortes em investimentos, congelamento de salários e redução de subsídios, que impacta serviços sociais como saúde e educação.

Fonte: Diap